



Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Relatório da Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Demonstração do Resultado	2023	AV (%)	2022	AV (%)	2023/2022 (AH em %)
Receita operacional líquida	658.813	100,00%	551.518	100,00%	19,45%
Custo dos serviços prestados	(512.582)	-77,80%	(403.784)	-73,21%	26,94%
Lucro bruto	146.231	22,20%	147.734	26,79%	-1,02%
Recargas (despesas) Operacionais					
Despesas gerais e administrativas	(126.953)	-19,27%	(104.851)	-19,01%	21,08%
Outras receitas (despesas) líquidas	36.048	5,47%	1.830	0,33%	1869,84%
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	55.326	8,40%	44.713	8,11%	23,74%
Resultado de equivalência patrimonial	11.060	1,88%	7.117	1,41%	43,32%
Resultado Financeiro	(60.963)	-9,25%	(93.807)	-17,01%	-35,01%
Receitas financeiras	134.043	20,35%	157.839	28,62%	-15,08%
Despesas financeiras	(195.006)	-29,60%	(251.646)	-45,63%	-22,51%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	5.423	0,82%	(41.377)	-7,50%	na.
Imposto de renda e contribuição social	(15.358)	-2,33%	(41.232)	-7,48%	-62,75%
Corrente	(29.274)	-4,44%	(36.895)	-6,69%	-20,66%
Diferido	13.916	2,11%	(4.337)	-0,79%	-420,87%
Resultado do exercício	(9.935)	-1,51%	(82.609)	-14,98%	-87,97%

Receita operacional líquida
A receita líquida no período encerrado em 31 de dezembro de 2023 atingiu R\$658.813 mil, em comparação com R\$551.518 mil no mesmo período de 2022, crescimento de 19,45%. Esta variação foi principalmente devido: (i) ao reflexo de 12 (doze) meses dos ativos adquiridos ao longo de 2022, (ii) aos ativos adquiridos em 2023, (iii) aumento de volume do Ecoparque Pantanal e (v) variação positiva no preço médio de destinação final de resíduos.

Custo dos serviços prestados
O custo dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$512.582 mil comparativamente a R\$403.784 mil no ano de 2022, o que representou um aumento de R\$108.798 mil ou 26,94%. Esse aumento é atribuído substancialmente aos ativos que foram adquiridos ao longo de 2022 estarem em per cento consolidados no exercício de 2023.

Lucro bruto
O lucro bruto no período encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$146.231 mil comparativamente a R\$147.734 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de 1,02%. O lucro bruto representou 22,20% e 26,79% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A variação decorreu substancialmente de (i) melhoria operacional nos ativos, e (ii) ativos que foram adquiridos ao longo de 2022 estarem 100% consolidados no exercício de 2023.

Despesas gerais e administrativas
No ano de 2023, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$126.953 mil comparativamente a R\$104.851 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$22.102 mil ou 21,08%. As despesas gerais e administrativas representaram 19,27% e 19,01% da receita líquida nos anos de 2023 e de 2022, respectivamente. Essa variação pode ser atribuída substancialmente ao reforço da estrutura administrativa para consolidação dos ativos recém adquiridos, bem como pela incorporação das unidades Jaboatão dos Guararapes em maio 2022 e Paulínia em fevereiro de 2023 na Orizon Meio Ambiente S.A.

Outras receitas (despesas), líquidas
No período encerrado em 31 de dezembro de 2023, as outras receitas, líquidas, foram de R\$36.048 mil comparativamente a R\$1.830 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$34.218 mil.
Resultado antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial no período encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$55.326 mil comparativamente lucro de R\$44.713 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$10.613 mil em função dos itens dos acima mencionados e representa uma variação percentual no período de 23,74%.

Resultado financeiro, líquido
O resultado financeiro em 2023 foi uma despesa financeira líquida de R\$60.963 mil comparativamente a uma despesa financeira de R\$93.807 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$32.844 mil. Essa variação ocorreu devido tanto a receitas financeiras menores na comparação entre os períodos quanto a redução de despesas financeiras.
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social
No ano de 2023, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social foi um lucro de R\$5.423 mil comparativamente ao prejuízo de R\$41.377 mil no ano de 2022, e pode ser atribuído substancialmente ao conjunto de fatores mencionados anteriormente.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	216.861	5.002	249.528	28.669
Títulos e valores mobiliários	4	30	99	8.132	1.441
Contas a receber de clientes	5	40.956	75.772	167.386	269.775
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	11.504	5.508	24.893	11.985
Adiantamentos	8.a	21.502	41.965	38.640	61.955
Total do ativo circulante		290.853	128.346	488.579	373.825
Não circulante					
Debêntures	10	488.249	419.967	488.249	419.967
Contas a receber de clientes	5	40.666	-	76.355	14.660
Partes relacionadas	7	183.756	218.318	139.381	194.519
Depósitos judiciais e cauções	18.c	796	6.572	796	6.578
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	76.287	62.372	76.287	62.372
Investimentos	9	1.260.876	1.240.113	98.955	39.281
Imobilizado	11	207.170	160.261	722.870	670.454
Intangível	12	43.774	76.354	465.845	530.286
Direito de uso	13	22.974	10.923	40.381	42.258
Adiantamentos	8.a	2	7.018	5.599	13.140
Total do ativo não circulante		2.324.370	2.201.898	2.114.733	1.993.515
Total do ativo		2.615.223	2.330.244	2.603.312	2.367.340
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	21.134	6.264	41.826	37.468
Arrendamentos	13	18.734	6.685	28.759	15.080
Fornecedores	14	25.794	26.889	55.704	61.494
Outorgas a pagar	15	101	101	13.969	11.415
Salários e encargos sociais	16	12.819	9.400	23.916	27.742
Impostos e contribuições a recolher	6	7.038	8.855	33.336	41.205
Parcelamento de impostos	17	6.705	6.705	18.401	17.904
Adiantamentos de clientes	19	1.435	12.514	2.511	21.928
Contas a pagar	20	17.219	9.553	19.882	15.146
Outros passivos circulantes	8.b	13.131	1.526	708	26.471
Total do passivo circulante		124.110	85.492	238.170	271.021
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	1.070.864	944.844	1.084.736	978.445
Arrendamentos	13	14.487	14.873	23.329	40.676
Parcelamento de impostos	17	21.317	19.920	47.551	55.822
Provisão para perdas em investimentos	9	158	5.799	158	158
Partes relacionadas	7	651.414	494.880	431.581	225.025
Provisão para contingências	18	13.612	17.140	19.316	22.914
Contas a pagar	20	20.975	37.742	20.975	27.742
Outros passivos não circulantes	8.b	-	-	27.701	26.183
Total do passivo não circulante		1.792.827	1.535.198	1.655.347	1.388.765
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	806.843	806.843	806.843	806.843
Reserva especial de ágio	21.b	14.401	14.401	14.401	14.401
Reservas de capital	21.b	156.654	156.654	156.654	156.654
Ajuste de avaliação patrimonial		10.359	10.359	10.359	10.359
Prejuízos acumulados		(289.971)	(278.703)	(289.971)	(278.703)
Participação de controladores		698.286	709.554	698.286	709.554
Participação de não controladores		-	-	11.509	-
Total do patrimônio líquido		698.286	709.554	709.795	709.554

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Orizon Meio Ambiente foi constituída no ano de 1999 e tem como objetivo investir e atuar nos seguintes segmentos: **Tratamento e Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos**. A Orizon Meio Ambiente detém, direta ou indiretamente (por meio de suas controladas, controladas em conjunto), 3 (três) plantas para tratamento e destinação final de resíduos perigosos e 14 (quatorze) aterros sanitários para resíduos não perigosos. Os ativos são localizados nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Alagoas, Paraíba, Rondônia e Mato Grosso, recebendo cerca de 23.000 toneladas diárias de resíduos. **Energia de Biogás, Fomento de Biogás e Créditos de Carbono - Controladora e controladas:** Algumas controladas da Orizon Meio Ambiente vêm explorando o biogás de seus aterros sanitários para aproveitamento energético. Atualmente, a empresa capta cerca de 46.000 Nm³ por hora de biogás em 05 de seus aterros sanitários, o que significa um potencial de geração de aproximadamente 96MW instalados, que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras, sendo parte para geração de energia e parte queimando em flare. Os aterros sanitários de Nova Iguaçu e São Gonçalo tem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás de longo prazo, no formato take-or-pay, com clientes privados, que desenvolvem projetos de geração de energia elétrica incentivada. O aterro de Barra Mansa de propriedade da CTR Barra Mansa produz biogás para a geração de 2 MW para projeto de geração distribuída que atende grandes empresas. Em relação ao aterro de Jaboatão dos Guararapes, a Orizon Meio Ambiente participa de *joint venture* (em formato de consórcio) que desenvolve projeto de geração de energia elétrica a partir do biogás. Em Paulínia, o aterro sanitário, recém-adquirido no contexto da UPI Aterros, fornece biogás para a planta de biometano, que por sua vez, fornece combustível para a UTE Paulínia. Por fim, no último trimestre de 2023, a Companhia e suas controladas iniciaram a queima do biogás em flare nos ecoparques de Maceió e Rosário do Catete. Além disto, no que tange à exploração de créditos de carbono, as Orizon Meio Ambiente e suas controladas, possuem através de seus aterros geração anual da ordem de 3 milhões de toneladas de carbono, seja pela queima do biogás ou ainda pela geração de energia limpa. "Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. Beneficiário de Resíduos: Na atividade de beneficiamento de resíduos, em 31 de dezembro de 2023, a Orizon Meio Ambiente conta com 05 (cinco) unidades operacionais, sendo: (i) uma filial em Magé (com blendagem para coprocessamento), (ii) 01 joint venture com a Vamtec Rio Insusos Siderúrgicos Ltda, para processamento de resíduos industriais em planta instalada na Companhia Siderúrgica Nacional no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, (iii) 01 unidade de blendagem para coprocessamento e logística reversa em Sorocaba, estado de São Paulo, (iv) 01 unidade em Jaboatão dos Guararapes de triagem mecanizada e (v) 01 unidade de triagem mecanizada em Paulínia. **Engenharia Ambiental:** A Orizon Meio Ambiente possui diversos contratos de prestação de serviços, com presença em todo o Brasil, na área de serviços, ambientais, tais como: (i) recuperação de áreas degradadas, (ii) remediação de áreas contaminadas; (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental; (iv) gerenciamento de resíduos; (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera, dentre outros. O contexto operacional das controladas diretas é como segue: **Controladas diretas:** a) *Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. (CTRNVI):* A CTRNVI foi constituída em fevereiro de 2023, e tem por objeto social obras de terraplenagem para proteção ambiental, contenção e proteção de talude, drenagem, construção, implantação, operação e manutenção de uma Central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos no Contrato de Concessão PMSG nº 001/2004. A CTRA é um dos principais aterros sanitários do estado do Rio de Janeiro, recebendo resíduos dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Tangará, Niterói, Guapimirim e Maricá. Atualmente, a CTRA tem contrato com a São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda ("SEGEGAR") para disponibilidade e fornecimento de biogás. A concessão da CTRA tem vencimento em agosto de 2030, podendo ser prorrogada por mais 10 anos. **Termo de composição e ajuste de entendimentos:** Em 23 de novembro de 2017, a controlada CTRA firmou termo de composição e ajuste de entendimentos com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo ("PMSG"), tendo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ("MPRJ") como interventor. O documento firmado objetiva, dentre outros aspectos, o entendimento para recebimento dos saldos em aberto de longa data que a PMSG (concedente) possui perante à CTRA e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão PMSG nº 001/2004. Adicionalmente, foi iniciada pericia para levantamento dos valores a serem atualizados que a controlada possui em aberto junto ao poder concedente. Em 19 de abril de 2019, o MPRJ emitiu uma peça no âmbito do processo judicial tendo como resultado as seguintes informações: **Em favor da CTRA (Concessionária)** Saldo (Abril/2019) 31.649 Volume excedente de referência (*) 20.509 Reajuste 667 Crédito de carbono 16.042 Tratamento de chorume de Itaboraí 14.715 Transporte de chorume de Itaboraí 7.943 **Total** 91.525 (14.724) **Saldo líquido ajustado** 76.801 (*) Os valores firmados inicialmente no acordo estão contemplados nesta linha e se referem a pleito inicial da CTRA. Os valores excedentes pleiteados somente serão reconhecidos após a conclusão do processo e definição dos valores corrigidos envolvidos. Em 10 de fevereiro de 2023, a CTRA e a PMSG assinaram acordo no termo de composição de ajuste de entendimentos, convencionando entre as partes que a quantia estimada de R\$22.427 será liquidada de forma diferida em parcelas mensais de R\$300 desde a homologação do instrumento de ajuste até a liquidação integral do montante. c) *Central de Tratamento de Resíduos de Barra Mansa S.A. (CTRBM):* Em 3 de dezembro de 2011, a CTRBM venceu a concorrência para a implantação do aterro sanitário do município de Barra Mansa (RJ), cujo vencimento ocorrerá em 2031, renovável até 2036. A CTRBM recebe entre 500 e 1.300 toneladas diárias de municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica. A CTRBM fornece biogás para planta de geração termoeletrica com capacidade instalada de 2MW, que atualmente são utilizados em projeto de geração distribuída. d) *ETR Jardim Gramacho S.A. (ETR Gramacho):* A ETR Gramacho tem como objeto o transporte e a destinação de resíduos não perigosos. Esta unidade está localizada na cidade de Duque de Caxias, localizada no Estado no Rio de Janeiro, onde possui um aterro para realização de suas atividades operacionais. A ETR Gramacho recebe cerca de 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e clientes privados, que são destinados em sua totalidade na CTR NI. e) *Ecoparque Ambiental S.A. ("Ecopesa")* A Ecopesa, com sede na cidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, tem por objeto a prestação de serviços de implantação e operação do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, gestão de resíduos, incluindo ainda as atividades de conservação, manutenção, modernização,

R\$108.798 mil ou 26,94%. Esse aumento é atribuído substancialmente aos ativos que foram adquiridos ao longo de 2022 estarem em per cento consolidados no exercício de 2023.

Lucro bruto
O lucro bruto no período encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$146.231 mil comparativamente a R\$147.734 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de 1,02%. O lucro bruto representou 22,20% e 26,79% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A variação decorreu substancialmente de (i) melhoria operacional nos ativos, e (ii) ativos que foram adquiridos ao longo de 2022 estarem 100% consolidados no exercício de 2023.

Despesas gerais e administrativas
No ano de 2023, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$126.953 mil comparativamente a R\$104.851 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$22.102 mil ou 21,08%. As despesas gerais e administrativas representaram 19,27% e 19,01% da receita líquida nos anos de 2023 e de 2022, respectivamente. Essa variação pode ser atribuída substancialmente ao reforço da estrutura administrativa para consolidação dos ativos recém adquiridos, bem como pela incorporação das unidades Jaboatão dos Guararapes em maio 2022 e Paulínia em fevereiro de 2023 na Orizon Meio Ambiente S.A.

Outras receitas (despesas), líquidas
No período encerrado em 31 de dezembro de 2023, as outras receitas, líquidas, foram de R\$36.048 mil comparativamente a R\$1.830 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$34.218 mil.
Resultado antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial no período encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$55.326 mil comparativamente lucro de R\$44.713 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$10.613 mil em função dos itens dos acima mencionados e representa uma variação percentual no período de 23,74%.

Resultado financeiro, líquido
O resultado financeiro em 2023 foi uma despesa financeira líquida de R\$60.963 mil comparativamente a uma despesa financeira de R\$93.807 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$32.844 mil. Essa variação ocorreu devido tanto a receitas financeiras menores na comparação entre os períodos quanto a redução de despesas financeiras.
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social
No ano de 2023, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social foi um lucro de R\$5.423 mil comparativamente ao prejuízo de R\$41.377 mil no ano de 2022, e pode ser atribuído substancialmente ao conjunto de fatores mencionados anteriormente.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Notacional	Reserva especial de ágio	Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído		Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Participação de não controladores		Patrimônio líquido
			2023	2022			2023	2022	
Saldos em 1º de janeiro de 2022	806.843	14.401	10.359	156.654	(196.094)	792.163	-	792.163	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(82.609)	(82.609)	-	(82.609)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	806.843	14.401	10.359	156.654	(278.703)	709.554	-	709.554	
Aquisição parcial de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	10.176	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(11.268)	(11.268)	-	(9.935)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	806.843	14.401	10.359	156.654	(289.971)	698.286	-	709.795	

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	22	225.403	112.162	658.813	551.518
Custo dos serviços prestados	23	(221.278)	(102.712)	(512.582)	(403.784)
Lucro bruto		4.125	9.450	146.231	147.734
Recargas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	(92.807)	(76.209)	(126.953)	(104.851)
Outras receitas (despesas), líquidas	25	20.617	11.937	36.048	1.830
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial		(68.065)	(54.822)	55.326	44.713
Resultado financeiro, líquido					
Receitas financeiras	24	130.987	153.723	134.043	157.839
Despesas financeiras	24	(168.111)	(209.835)	(195.006)	



Orizon Meio Ambiente S.A.
CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. (Em milhares de reais)

Combinação de negócios: Em 09 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu através de sua controlada direta Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações), a totalidade da participação societária nas empresas CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada, localizadas em Cuiabá, no estado de Mato Grosso. As empresas adquiridas têm como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário privado localizado no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso. A aquisição ocorreu da seguinte forma: • Preço da aquisição: R\$66.000 com o seguinte cronograma de pagamento: (1) R\$46.000 liquidados na data do fechamento; (2) R\$10.000 liquidados 30 dias após a data de fechamento; (3) R\$5.000 liquidados 60 dias após a data de fechamento; (4) R\$5.000 com vencimento em 5 anos, que será corrigido a partir da data de fechamento pela variação correspondente de 105% da Taxa DI. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui reconhecido no seu contas a pagar o montante de R\$4.471, visto que no início de 2023, a Companhia começou a quitar o valor anteriormente retido, atendendo as condições do acordo firmado, que determina que o saldo corrigido será liberado a razão de 20% ao ano, perfazendo o total de 100% no final de 5 anos. **Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):** A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorreu. A Administração tem a intenção de incorporar e/ou fundir as CGR Cuiabá e Ambiental, com vistas a gerar eficiências administrativas e operacionais; dessa forma, considerou as bases fiscais dos ativos e passivos iguais às bases contábeis, motivo pelo qual não foi reconhecido passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados aos ativos. **Controladas em conjunto e coligadas:** a) **SES Haztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Haztec):** A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. b) **Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Orizon):** A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insusos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Orizon tem como único cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com a capacidade total disponível. c) **CTR Santa Luzia ("CTR SL):** Em 10 de abril de 2023, a Companhia celebrou instrumento contratual vinculante através de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., para aquisição de participação societária da empresa CTR Santa Luzia S.A. ("CTR SL"), localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$ 25.000, sendo parte através de capitalização de valores anteriormente transferidos para a CTR SL e o restante através de futuros aumentos de capital. Com o fechamento da transação e cumprimento das obrigações assumidas pela Suma Brasil Serviços Urbano e Meio Ambiente S.A. ("SUMA"), o capital social da CTR SL foi distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para OMA e 50% (cinquenta por cento) para SUMA, empresa brasileira controlada pela portuguesa Mota-Engil SGPS S.A. e espanhola Urbaser S.A. A CTR SL é proprietária de um aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo início da operação ocorreu no 1º trimestre de 2023, com volume esperado de recebimento de até 1.500 toneladas diárias de resíduos. d) **Biometano Verde Paulínia S.A.:** Em 14 de agosto de 2023, a Companhia e sua controladora Orizon Valorização de Resíduos S.A. divulgaram fato relevante acerca da formação de uma sociedade com a Companhia e a produção de biometano em Ecoparque de Paulínia, em conjunto com a Compass Comercialização S.A. ("Compass"), companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. Formação de investida para produção de biometano em Paulínia: No contexto da transação, a Compass investirá até R\$ 355.000, sendo R\$ 235.000 no estágio inicial da parceria, dos quais R\$ 100.000 aportados na Biometano Verde Paulínia S.A. e R\$ 135.000 em secundária para o Grupo Orizon. O montante adicional de até R\$ 120.000 está condicionado à entrega de um maior volume de biogás. A Companhia por sua vez, por um período de 20 anos, se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano a preço de mercado (Vide Nota 27). d) **Biometano Verde Paulínia S.A.:** Em 20 de outubro de 2023, com o implemento das condições contratuais precedentes, a transação foi concluída, ficando a Compass com 51% de participação na Biometano Verde Paulínia S.A. e o Grupo Orizon, por meio de sua controlada direta OMA com 49%. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em até R\$ 450 milhões. O início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para 2025. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em R\$ 400 milhões o início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para o segundo semestre de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Adicionalmente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Administração considerou também as orientações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 10 de novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações materiais próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de março de 2024. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e de suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O controle é obtido quando o Grupo possui exposição ou liver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e liver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

Companhia	Categoria	Participação no capital (%)	
		31/12/2023	31/12/2022
CTRNI	Controlada	100	100
CTRA	Controlada	100	100
CTRBM	Controlada	100	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	50	50
ETR Gramacho	Controlada	100	100
UTM Jaboatão	Controlada	100	100
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	50	50
UTE Paulínia	Controlada em conjunto	33,33	33,33
SPE Itepevi	Controlada	100	100
SPE Paulínia 2	Controlada	100	100
SPE Rosário do Catete	Controlada	100	100
SPE Sorocaba	Controlada	100	100
SPE Tremembé	Controlada	100	100
SPE CTR Metropolitana	Controlada	100	100
Metropolitana Serviços Ambientais	Controlada indireta	50	50
SPE Maceio	Controlada	100	100
Orizon Pantanal 1	Controlada	100	100
CTR Porto Velho	Controlada	51	-
CTR Santa Luzia	Controlada em conjunto	75	-
Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada	Controlada indireta	100	100
CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. 1	Controlada indireta	100	100
Orizon Holding Ceará Ltda.	Controlada direta	100	-
Biometano Verde Paulínia S.A.	Controlada em conjunto	49	-

* Em 12 de setembro de 2022, a Orizon Pantanal passou a ser controlada pela Orizon Meio Ambiente após suas antigas controladoras Foxo Holding e Foxo Inova, cedermos suas cotas sem ônus para a nova controladora. * Incorporada na Orizon Meio Ambiente em 28 de fevereiro de 2023. **2.4. Investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint venture):** Os investimentos da Companhia são registrados no método de custo líquido inicialmente, sendo posteriormente ajustados ao custo de aquisição. Todas as alterações no patrimônio líquido das investidas são refletidas no investimento da Companhia. **2.5. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. • Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a entrega do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação; A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. **2.6. Mensuração de valor justo:** A Companhia avalia seus instrumentos financeiros aos respectivos valores justos, levando em consideração o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá em conformidade com a premissas da norma, conforme abaixo: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo de Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; Periodicamente a Companhia faz avaliações de seus instrumentos financeiros, afim de determinar se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo). As divulgações dos instrumentos financeiros e aqueles classificados por seus valores justos estão detalhadas na nota 26. **2.7. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. O CPC 47/ IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. **2.7.1. Receita com engenharia ambiental:** A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base no progresso da execução dos serviços contratados. Os gestores de cada contrato avaliam periodicamente o status de execução dos serviços versus condições contratuais, mensurando a partir desta base as receitas e custos que deverão ser reconhecidos contabilmente. **2.7.2. Receita com tratamento e destinação de resíduos:** A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base nas medições emitidas para cada cliente. As medições são extraídas do relatório da balança que controla periodicamente o volume de resíduos (TN) recebidos nas unidades de tratamento e destinação de resíduos. Ao final de cada mês são gerados relatórios com volume recebido de cada cliente, valor unitário e receita total. Com base nesta informação a receita é reconhecida contabilmente. **2.7.3. Receitas com biogás e biometano:** A receita de biogás e biometano é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de vazão de gás bioquímico e biometano afluídos por equipamentos instalados nos aterros sanitários. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor de cada contrato obtêm as receitas do período pela multiplicação de volumes de gás e biometano com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. **2.7.4. Receita com crédito de carbono:** A receita de crédito de carbono é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de redução de emissão de gases poluentes na atmosfera, auferido por equipamentos instalados nos aterros sanitários, e desde que haja preço de venda dos créditos de carbono definido em contrato. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor da operação obtém a receita do período pela relação do volume redução de emissão de gases do efeito estufa com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. **2.7.5. Receita com consórcios de energia e unidade triagem mecânica (UTM):** A receita de participação em consórcio de energia é reconhecida por competência com base em medições, através de controle de energia gerada e comercializada sob responsabilidade do consórcio ASJA. Com base neste levantamento, as controladas indiretas participantes destes consórcios são remuneradas por meio de participação variável de acordo com as condições contratuais estabelecidas. As receitas de unidades de triagem mecânica, afim de determinar se ocorreram produtos recicláveis do lixo orgânico e posterior comercialização. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita por competência, após a venda e efetiva entrega dos materiais vendidos aos clientes. **2.7.6. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva. **2.8. Impostos: imposto de renda e contribuição social - correntes:** A Companhia mensura seus ativos e passivos tributários correntes com base em seus valores recuperáveis ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias utilizadas para cálculo dos valores são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. **Impostos diferidos:** A Companhia avalia e mensura seus impostos diferidos ativos e passivos considerando os efeitos das diferenças temporárias apuradas nas transações correntes na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, na extensão em que seja provável que o lucro líquido esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Periodicamente a Companhia revisa o valor contábil dos impostos diferidos ativos e procede ao reconhecimento de baixa de perda ou resultado do exercício de acordo com estudos e projeções para realização destes créditos. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.9. Imobilizado:** As classes de ativo imobilizado são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o montante na aquisição e/ou construção do ativo. Os demais custos referentes a reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, considerando também as taxas fiscais para ativos com vida útil definida. Operações em aterros sanitários e instalações são amortizadas de forma variável, considerando capacidade total de recebimento de resíduos nos vales, baseadas em estudos realizados por engenheiros da Companhia e/ou especialistas em contratos, o volume recebido de resíduos e o custo de formação dos vales. Os ativos são avaliados em relação à perda por redução ao

valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Um item de imobilizado é baixado por motivo de venda ou obsolescência (quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda). Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação e amortização são revisados periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando ocorrerem alterações relevantes nas estimativas de vida útil do ativo. **2.10. Intangíveis:** As classes de ativo intangível são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados periodicamente e consideram também as taxas fiscais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.11. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados em conformidade com o CPC 48 / IFRS 9 e as informações detalhadas estão apresentadas na nota 26. **Ativos financeiros:** A Companhia reconhece seus instrumentos financeiros ao custo amortizado ou por seu valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação. A classificação deste instrumento é avaliada pela Companhia de acordo com a característica de cada instrumento. **Reconhecimento inicial e mensuração:** Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros correspondiam basicamente a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e de partes relacionadas. **Passivos financeiros:** A Companhia avalia seus passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem basicamente os empréstimos e financiamentos, arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contratuais sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.12. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, além de possuir vencimento de curto prazo para realização. **2.13. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas periodicamente pela Companhia e ajustadas quando necessário. **2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas avaliadas pelo jurídico e consultores com possibilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Vidas úteis do ativo imobilizado:** Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e à capacidade total das operações de aterro sanitário (ecoparque) para recebimento de resíduos sólidos. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Ao longo de cada exercício, a Companhia avalia a realização dos saldos de contas a receber com base em estimativa a partir da ponderação dos riscos de perda de cada grupo do "aging list", considerando os diferentes riscos de acordo com as operações de cobrança e a probabilidade futura de inadimplência, na melhor expectativa da administração. A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, considerando histórico de inadimplência por faixa etária. **Análise de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu perdas para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, no montante de R\$68.062, relativo à baixa de ativos do segmento de engenharia. **2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** O Grupo analisou as seguintes normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma): • IFRS 17 - Contratos de seguro e alterações; • CPC 26/ IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2 - Divulgação de políticas contábeis; • CPC 23/ IAS 8 - Definição de estimativa contábil; • CPC 32/ IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. A Companhia avaliou como não aplicável o IFRS 17 nas práticas contábeis. Em relação às demais normas, a Companhia não identificou mudanças relevantes aplicáveis às atuais práticas adotadas. **2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir: **Pronunciamento:** Alterações ao IFRS 16 - Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) Alterações ao IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Acordo de financiamento de fornecedores A Companhia não identificou mudanças relevantes aplicáveis às atuais práticas adotadas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	44
Equivalentes de caixa	6.982	5.002
Certificado de depósito bancário (CDB)	209.879	209.879
Total	216.861	214.925

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósito bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI (curto prazo do CDI em 2022).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Certificado de depósito bancário (CDB)	30	99
Total	30	99

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDIs").

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	42.073	71.747
Serviços a faturar (*)	56.955	23.548
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.028)	95.295
Total	81.622	75.772

Circulante

	Alteração
Circulante	40.956
Não circulante	40.666

(*) O saldo de serviços a faturar refere-se a (i) Créditos de Carbono comercializados conforme as condições contratuais, que serão oportunamente baixados das contas a receber de acordo com o processo de registro, verificação e entrega; e (ii) A apropriação por competência, com base nos boletins de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratuais, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento. A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	13.027	47.432
Vencidos até 30 dias	2.213	2.133
Vencidos de 31 a 60 dias	1.024	933
Vencidos de 61 a 90 dias	219	1.101
Vencidos de 91 a 180 dias	356	815
Vencidos de 181 a 360 dias	5.754	1.226
Vencidos acima de 360 dias	19.480	18.107
Total	42.073	71.747

Dos saldos a receber da controlada CTRA junto a PMSG, no montante de R\$36.890, R\$12.068 estão integralmente classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias Como detalhado na nota 1, há processo em andamento cujo valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, atualmente contabilizados, porém, somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro	(19.523)	(13.695)
(Reverso) Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversão	2.117	(5.828)
Saldo oriundo de aquisição de empresa	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022	(17.406)	(19.523)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis devem ser considerados passivos para créditos de liquidação duvidosa, pois representam a empresa do mesmo Grupo Econômico. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 31 de dezembro de 2023. Conforme detalhado na Nota 1, há acordo firmado pela controlada CTRA junto à Concedente com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro e 2022	-	14.660
Parcelas recebidas em 2022	-	14.660
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	14.660
Parcelas recebidas em 2023	-	(1.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	13.460

Conforme descrito na nota 1, no primeiro trimestre houve assinatura de um aditivo com a PMSG firmando no novo fluxo de pagamento. **Comercialização de créditos de carbono (Consolidado):** As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificado para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

	Período de geração de créditos	Quantidade de Créditos de Carbono (tCO2e)	Saldo em R\$ Mil
Empresa	01-01-21 a 31-12-21	563	11.997
CTRNI	01-01-21 a 31-12-21	563	11.997
CTRA	01-01-21 a 31-12-21	422	8.997
Orizon Meio Ambiente (Saldo incorporado da Ecopesa)	01-01-21 a 31-12-21	491	10.455
Total	-	2.049	31.449

Movimentação do acordo

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro e 2022	-	14.660
Parcelas recebidas em 2022	-	14.660
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	14.660
Parcelas recebidas em 2023	-	(1.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	13.460

Conforme descrito na nota 1, no primeiro trimestre houve assinatura de um aditivo com a PMSG firmando no novo fluxo de pagamento. **Comercialização de créditos de carbono (Consolidado):** As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificado para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro e 2022	-	14.660
Parcelas recebidas em 2022	-	14.660
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	14.660
Parcelas recebidas em 2023	-	(1.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	13.460

Conforme descrito na nota 1, no primeiro trimestre houve assinatura de um aditivo com a PMSG firmando no novo fluxo de pagamento. **Comercialização de créditos de carbono (Consolidado):** As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificado para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro e 2022	-	14.660
Parcelas recebidas em 2022	-	14.660
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	14.660
Parcelas recebidas em 2023	-	(1.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	13.460

Conforme descrito na nota 1, no primeiro trimestre houve assinatura de um aditivo com a PMSG firmando no novo fluxo de pagamento. **Comercialização de créditos de carbono (Consolidado):** As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificado para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro e 2022	-	14.660
Parcelas recebidas em 2022	-	14.660
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	14.660
Parcelas recebidas em 2023	-	(1.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		



Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

9. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos para 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2022		31/12/2023		Controladora - 31/12/2023		Resultado de Equivalência Patrimonial		31/12/2023	
	(*) Aumento de capital	Aquisições Reclassificações	Incorporação SPE Paulínia	Amortização intangível concessão (II)						
CTRNI	154.170	-	-	-	-	-	26.251	180.421	-	-
CTRA	163.574	-	-	-	-	-	12.683	176.257	-	-
CTRBM	62.697	-	-	-	-	-	594	63.291	-	-
CTR Porto Velho	-	785	10.000	-	-	-	1.389	12.174	-	-
SES Haztec	(158)	-	-	-	-	-	-	(158)	-	-
ETR Gramacho	14.873	8.204	-	-	-	-	270	23.347	-	-
Vamtec Haztec	2.316	-	993	-	-	-	(571)	2.738	-	-
UTM Jaboatão	69.565	17.577	-	-	-	-	(10.382)	76.760	-	-
UTE Paulínia	30.940	(30.703)	-	-	-	-	9.577	9.814	-	-
SPE ITABORAI	38.475	-	-	-	-	-	(590)	37.885	-	-
SPE ITAPEVI	16.953	-	-	-	-	-	150	17.103	-	-
SPE PAULÍNIA	111.909	-	-	-	(108.981)	-	(2.928)	(2.928)	-	-
ROSARIO DO CATETE	63.374	-	-	-	-	-	(4.072)	59.302	-	-
SPE SOROCABA	11.850	-	-	-	-	-	(1.641)	10.209	-	-
SPE TREMEMBE	15.913	-	-	-	-	-	14.036	29.949	-	-
SPE CTR METROPOLITANA	10.824	10	-	-	-	-	1.783	12.617	-	-
SPE MACEIO	40.830	1.079	-	-	-	-	20.256	62.165	-	-
ORIZON PANTANAL	(5.642)	-	-	-	-	-	11.836	6.194	-	-
SANTA LUZIA	-	-	23.421	-	-	-	666	24.087	-	-
BIOMETANO VERDE PAULÍNIA	-	-	49.000	-	-	-	699	49.699	-	-
ORIZON HOLDING CEARÁ	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-
Intangível concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CTRA	7.456	-	-	(612)	-	-	-	6.844	-	-
CTRI	1.197	-	-	(295)	-	-	-	902	-	-
ETR Gramacho - intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade futura	2.731	-	-	-	-	-	-	2.731	-	-
Ecopesa - intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade futura	2.543	-	-	-	-	-	-	2.543	-	-
Ativo imobilizado	4.204	-	-	(557)	-	-	-	3.647	-	-
Carteira de clientes	347	-	-	(175)	-	-	-	172	-	-
SPEs - intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de clientes	2.620	-	-	(269)	-	-	-	2.351	-	-
Ativo imobilizado	33.910	-	6.120	(5.852)	-	-	-	34.178	-	-
Licenças	381.644	-	(6.120)	(22.025)	-	-	-	353.499	-	-
Provisão no preço de alocação	(4.799)	-	4.799	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.234.314	(3.048)	88.213	(29.785)	(108.981)	-	80.005	1.260.718	-	-

8. ADIANTAMENTOS E OUTROS PASSIVOS

a) Adiantamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de funcionários (1)	-	-	5.850	5.850
Adiantamentos a funcionários (2)	2	2	1.056	1.056
Adiantamentos a fornecedores (3)	1.584	6.215	14.651	14.231
Adiantamentos para aquisição de novos negócios (4)	-	-	-	-
Ativos mantido para venda (5)	17.703	23.894	17.703	23.894
Outros adiantamentos (6)	2.215	2.076	6.033	13.266
Total	21.504	48.963	44.239	75.095
Circulante	21.502	41.965	38.640	61.955
Não circulante	2	7.018	5.599	13.140

b) Outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aquisições a pagar (1)	-	-	4.471	5.596
Provisão para fechamento de aterro (2)	12.671	-	23.097	21.191
Outros títulos a pagar (3)	460	1.526	841	25.867
Total	13.131	1.526	28.409	52.654
Circulante	13.131	1.526	708	26.471
Não circulante	-	-	27.701	26.183

12. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aquisições	-	-	3.533	-
Amortização	-	-	(35.235)	-
Resultado líquido	-	-	172	-
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	172	-

10. DEBÊNTURES

Conforme detalhado na Nota 13, em 23 de abril, a Companhia e o Fundo de Liquidação Financeira-Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados ("FIDC NP"), assinaram a Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em cinco séries, para distribuição privada da Companhia, tendo a Orizon Valorização de Resíduos como interveniente, com vencimento único em 23 de abril de 2029. Em contrapartida da emissão das debêntures citadas acima, o FIDC NP entregou as debêntures da Orizon Valorização de Resíduos a Companhia. As debêntures entregues da controladora Orizon Valorização de Resíduos pelo FIDC NP à Companhia, estavam anteriormente escrituradas pelo Sindicato formado pelos bancos Bradesco, Santander, Itaú e Haitong, através das 4ª e 5ª emissões de debêntures emitidas em 6 de fevereiro de 2013 e 30 de janeiro de 2015. Até 31 de outubro de 2019 apenas as debêntures deitadas pelos bancos Santander, Haitong e Itaú haviam sido adquiridas pelo FIDC NP e entregues a Companhia. Em 1º de novembro de 2019, o FIDC NP concluiu o processo de aquisição das debêntures deitadas até então pelo Banco Bradesco. De forma similar à operação anterior, o FIDC entregou às respectivas debêntures em contrapartida da Terceira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações por parte da Orizon Meio Ambiente no valor de R\$112.040. Na mesma data, a Orizon Meio Ambiente e o FIDC NP aditaram a Escritura

11. IMOBILIZADO (CONTROLADORA)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos	1.260.876	1.240.113	98.955	39.281
Provisão para perdas em investimentos (*)	(158)	(5.799)	(158)	(158)
Total, líquido	1.260.718	1.234.314	98.797	39.123

12. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-	76.120	90.800
Adição de mais valia	-	-	271	452.336
Adição de intangíveis	-	-	-	185
Amortização - mais-valia	-	-	-	(11.964)
Amortização dos intangíveis de concessão	-	-	-	(1.008)
Amortização de outros intangíveis no exercício	-	-	(37)	(63)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	76.354	530.286
Adição de intangíveis	-	-	115	-
Amortização - mais-valia	-	-	-	(24.580)
Reclassificação para o ativo imobilizado	-	-	-	(6.120)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	(32.671)	(32.671)
Amortização dos intangíveis de concessão	-	-	-	(908)
Amortização de outros intangíveis	-	-	(24)	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	43.774	465.485

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-	76.120	90.800
Adição de mais valia	-	-	271	452.336
Adição de intangíveis	-	-	-	185
Amortização - mais-valia	-	-	-	(11.964)
Amortização dos intangíveis de concessão	-	-	-	(1.008)
Amortização de outros intangíveis no exercício	-	-	(37)	(63)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	76.354	530.286
Adição de intangíveis	-	-	115	-
Amortização - mais-valia	-	-	-	(24.580)
Reclassificação para o ativo imobilizado	-	-	-	(6.120)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	(32.671)	(32.671)
Amortização dos intangíveis de concessão	-	-	-	(908)
Amortização de outros intangíveis	-	-	(24)	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	43.774	465.485

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-	76.120	90.800
Adição de mais valia	-	-	271	452.336
Adição de intangíveis	-	-	-	185
Amortização - mais-valia	-	-	-	(11.964)
Amortização dos intangíveis de concessão	-	-	-	(1.008)
Amortização de outros intangíveis no exercício	-	-	(37)	(63)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	76.354	530.286
Adição de intangíveis	-	-	115	-
Amortização - mais-valia	-	-	-	(24.580)
Reclassificação para o ativo imobilizado	-	-	-	(6.120)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	(32.671)	(32.671)
Amortização dos intangíveis de concessão	-	-	-	(908)
Amortização de outros intangíveis	-	-	(24)	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	43.774	465.485



Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. (Em milhares de reais)

(i) Valor decorrente das debêntures da Orizon VR adquiridas pelo FIDC NP e integradas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente, em 30 de dezembro de 2022, houve quitação da 4ª emissão e repactuação da 5ª emissão de debêntures, estendendo o prazo com novos fluxos de pagamento, conforme detalhado nesta nota.

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	Consolidado	
				31/12/2023	31/12/2022
Banco ABC do Brasil	Capital de giro	30/03/2023	CDI + 0,31% a.m. + 0,2140% a.m.	-	6.264
Banco ABC do Brasil	Capital de giro	11/10/2022	CDI	-	-
		12/01/2026	CDI	-	-
			+ 2,9183% a.a.	18.872	28.522
Banco Bradesco	Capital de giro	30/04/2029	CDI + 1% a.a.	86.600	75.388
Banco Safra	Capital de giro	03/06/2024	CDI + 2,43% a.a.	5.040	15.170
Banco Votorantim	Capital de giro	22/07/2024	CDI + 2,630% a.a.	10.652	21.410
Debêntures	Debêntures	30/11/2028	CDI + 2,4% a.a.	402.128	402.897
Debêntures	Debêntures	15/11/2035	CDI + 3,8% a.a.	253.197	255.300
Debêntures	Debêntures	15/11/2031	IPCA + 6,76% a.a.	277.066	267.333
International Finance Corporation (IFC)	Financiamento Corporativo Atravado a Projetos	15/04/2031	CDI + 2,9% a.a.	134.043	-
			(23.860)	(23.749)	
Ajuste a valor presente (i)			(36.636)	(32.622)	
Custos na captação de recursos			1.126.562	1.015.913	
Total			41.826	37.468	
Circulante			1.084.736	978.445	
Não circulante			-	-	

(j) Valor decorrente das debêntures da Orizon VR adquiridas pelo FIDC NP e integradas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente, em 30 de dezembro de 2022, houve quitação da 4ª emissão e repactuação da 5ª emissão de debêntures, estendendo o prazo com novos fluxos de pagamento, conforme detalhado nesta nota.

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro	951.108	545.426	1.015.913	558.250
Encargos financeiros	147.234	88.252	154.742	93.119
Ajuste a valor presente	(170)	804	(287)	507
Captações/assunções de dívida	130.000	400.000	130.000	460.000
Reconhecimento de gastos na captação de recursos	(4.311)	(15.394)	(4.131)	(15.394)
Reconhecimento de juros de principal	(124.248)	(72.000)	(124.248)	(72.000)
Pagamento de juros	(124.248)	(55.980)	(132.925)	(59.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	1.091.998	951.108	1.126.562	1.015.913

Cronograma de pagamentos: Em 31 de dezembro de 2023, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2025	33.547	33.547	33.547	33.547
2026	35.092	35.092	35.092	35.092
2027	39.341	39.341	39.341	39.341
2028	33.079	33.079	33.079	33.079
2029 em diante	929.805	943.677	929.805	943.677
Total	1.070.864	1.084.736	1.070.864	1.084.736

Captação de recursos - Banco ABC Brasil (Consolidado): Em 18 de fevereiro de 2020, a controladora Orizon Meio Ambiente assinou contratos de empréstimo com o Banco ABC Brasil, com o propósito de suportar a quitação da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante e Garantias Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Orizon Meio Ambiente. A captação de recursos junto ao Banco ABC Brasil foi realizada através da emissão de duas cédulas de créditos bancários ("CCBs") no valor total de R\$40.000. A Companhia liquidou a última parcela desta dívida no primeiro semestre de 2023. Em 11 de junho de 2021, a controladora indireta CTRNI captou o montante de R\$15.000 junto ao Banco ABC Brasil, através de emissão de cédula única. Este montante é remunerado por 100% do CDI + 0,21% a.a. A dívida será quitada em 40 parcelas de R\$375, sendo a primeira com vencimento em 12 de julho de 2021 e a última em 11 de outubro de 2024. O empréstimo não possui garantias e as cláusulas de vencimento antecipado desses instrumentos estão relacionadas ao atendimento dos mesmos índices não financeiros já descritos na seção que trata de recurso captado pela Orizon Meio Ambiente junto ao ABC. Adicionalmente, em 08 de dezembro de 2022, a controladora indireta CTRNI assinou com o Banco ABC do Brasil Cédula de Crédito Bancário (CDB), no montante de R\$20.000. A dívida será liquidada em 8 parcelas semestrais de R\$5.000, vencendo a primeira em 09 de janeiro de 2023 e a última em 12 de janeiro de 2026, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,9183% a.a. Os juros serão pagos mensalmente a partir do pagamento da primeira parcela de principal. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento. A dívida possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outras cláusulas de vencimento antecipado: "A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de falência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos e/ou de valores superiores a R\$15.000; dentre outros itens menos relevantes. A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui obrigações descumpridas. *CTR NI - Banco Safra (Consolidado):* Em 30 de maio de 2022, a controladora indireta CTRNI captou o montante de R\$20.000 junto ao Banco Safra, através de emissão de cédula única. O montante será remunerado por 100% do CDI + 0,19% a.a. A dívida será quitada em 4 parcelas semestrais de R\$5.000, ocorrendo o primeiro vencimento em 05 de dezembro de 2022 e o último em 03 de junho de 2024. A dívida possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outras cláusulas de vencimento antecipado: "A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) Declaração de falência; (2) Deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) Protesto de títulos e/ou de valores superiores a R\$15.000; dentre outros itens menos relevantes. A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui obrigações descumpridas. *CTR NI - Banco Votorantim:* Em 22 de julho de 2022, a controladora indireta CTRNI firmou com o Banco Votorantim Termo de Emissão de Notas Comerciais Escrituradas, em Série Única, no montante de R\$20.000, representado por 20.000 notas comerciais. A dívida será liquidada em 4 parcelas semestrais de R\$5.000, vencendo a primeira em 22 de janeiro de 2023 e a última em 22 de julho de 2024, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,6% a.a. O termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento. A dívida possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outras cláusulas de vencimento antecipado: "A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de falência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos e/ou de valores superiores a R\$15.000; dentre outros itens menos relevantes. A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui obrigações descumpridas. *Assunção de dívida - Banco Bradesco (Consolidado):* Em 23 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente, por meio de sua controladora direta e quitando a dívida que possuía em aberto com a Synthsis. Em virtude desta transação, a Companhia possui reconhecido montante de R\$23.860 (R\$23.451 em 31 de dezembro de 2022) como ajuste a valor presente, de forma a refletir o fluxo temporal dos valores a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos. O efeito do ajuste a valor presente reduziu a dívida reconhecida em conta redutora no passivo, que será realizado até o vencimento da mesma. Desta forma, o Banco Bradesco S.A. e Orizon Meio Ambiente, com intervenção e garantia da Companhia, firmaram Instrumento Particular de Confissão, Assunção de Dívida e Outras Avenças, na qual a Orizon Meio Ambiente assumiu a posição da Synthsis junto ao Banco Bradesco, a ser pago da seguinte forma: (a) 12 parcelas no valor de R\$327, mensais e consecutivas, e (b) o saldo devedor remanescente no dia 30 de abril de 2029. Após 19 de junho de 2021, o juro remuneratório passará a ser calculados a 0,08% ao mês, equivalente a taxa anual de 1%, e sobre o valor acrescido, atualização de acordo com a flutuação diária correspondente a 100% da taxa dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, de prazo igual a um dia útil, apurada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. No referido documento, Synthsis e a Orizon Valorização de Resíduos, em decorrência do ajustado no Instrumento de Confissão e Assunção de Dívida, outorgaram-se mútua e recíproca quitação, para nada mais reclamarem, uma da outra, a que tempo ou título for em relação ao saldo existente entre as partes. *Emissão de novas debêntures - 4ª Emissão:* Em 16 de novembro de 2021, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em 2 séries, da Orizon Meio Ambiente, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), conforme alterada, de 500.000 debêntures, no montante de R\$40.000 (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados exclusivamente para os custos relativos à Emissão, e para a consecução, adequação e ampliação das centrais de tratamento de resíduos localizadas em Barra Mansa, Nova Iguaçu e Alcântara, enquanto os recursos captados na Emissão das Debêntures da Segunda Série serão utilizados para refinanciamento de dívidas existentes e para utilização geral da Companhia, de acordo com seu objeto social. As séries foram emitidas pela controladora Orizon Meio Ambiente. As debêntures possuem prazo de carência de principal e a partir novembro de 2023, os valores de principal e juros começarão a ser pagos em parcelas semestrais até os respectivos vencimentos da primeira e segunda série, em 15 de novembro de 2025 e 15 de novembro de 2031, respectivamente. As correções das séries ocorrerão pelo CDI + 3,8% a.a. e IPCA + 6,76% a.a., respectivamente. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 30 de setembro de 2022. Dentre estas destacam-se: • Listagem da controladora Orizon Meio Ambiente na CVM - Tipo B. No 4º trimestre de 2022, a Orizon Meio Ambiente teve seu registro na CVM ("Comissão de Valores Mobiliários") na categoria Tipo B para realização de transações de capital. Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 5ª Emissão (Consolidado):* Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), conforme alterada, de 500.000 debêntures, no montante de R\$40.000 (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros serão pagos mensalmente a partir de dezembro de 2024. A remuneração desta emissão ocorrerá por 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se: Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 6ª Emissão (Consolidado):* Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), conforme alterada, de 500.000 debêntures, no montante de R\$40.000 (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros serão pagos mensalmente a partir de dezembro de 2024. A remuneração desta emissão ocorrerá por 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se: Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 7ª Emissão (Consolidado):* Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), conforme alterada, de 500.000 debêntures, no montante de R\$40.000 (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros serão pagos mensalmente a partir de dezembro de 2024. A remuneração desta emissão ocorrerá por 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se: Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 8ª Emissão (Consolidado):* Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), conforme alterada, de 500.000 debêntures, no montante de R\$40.000 (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros serão pagos mensalmente a partir de dezembro de 2024. A remuneração desta emissão ocorrerá por 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se: Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 9ª Emissão (Consolidado):* Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), conforme alterada, de 500.000 debêntures, no montante de R\$40.000 (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros serão pagos mensalmente a partir de dezembro de 2024. A remuneração desta emissão ocorrerá por 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se: Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 10ª Emissão (Consolidado):* Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), conforme alterada, de 500.000 debêntures, no montante de R\$40.000 (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros serão pagos mensalmente a partir de dezembro de 2024. A remuneração desta emissão ocorrerá por 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se: Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 11ª Emissão (Consolidado):* Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), conforme alterada, de 500.000 debêntures, no montante de R\$40.000 (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros serão pagos mensalmente a partir de dezembro de 2024. A remuneração desta emissão ocorrerá por 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se: Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 12ª Emissão (Consolidado):* Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), conforme alterada, de 500.000 debêntures, no montante de R\$40.000 (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros serão pagos mensalmente a partir de dezembro de 2024. A remuneração desta emissão ocorrerá por 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se: Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 13ª Emissão (Consolidado):* Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), conforme alterada, de 500.000 debêntures, no montante de R\$40.000 (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros serão pagos mensalmente a partir de dezembro de 2024. A remuneração desta emissão ocorrerá por 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se: Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida



Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. - (Em milhares de reais)

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	263.760	130.897	766.528	629.557
Deduções da receita bruta				
Programa de Integração Social - PIS	(4.274)	(2.255)	(12.454)	(7.676)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(19.807)	(10.389)	(50.442)	(35.372)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(12.006)	(6.165)	(33.974)	(27.979)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(285)	(258)	(3.230)	(3.048)
Outros	(1.985)	332	(7.615)	(3.964)
Total dos impostos incidentes	(38.357)	(18.735)	(107.715)	(78.039)
Receita operacional líquida	225.403	112.162	658.813	551.518

23. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos e despesas por natureza	Custo dos serviços prestados	Custo dos serviços administrativos	Total	Total
Pessoal (salários e ordenados)	(47.959)	(34.068)	(82.027)	(29.664)
Materiais de produção e consumo	(29.794)	(1.276)	(31.070)	(20.250)
Depreciação e amortização	(90.154)	(6.956)	(97.110)	(20.305)
Provisão para fechamento de aterro	(898)	(898)	-	(21.484)
Serviços de terceiros	(19.579)	(32.417)	(51.996)	(13.870)
Aluguéis	(6.659)	(2.605)	(9.264)	(3.134)
Energia	(1.955)	(67)	(2.022)	(1.290)
Combustíveis	(9.360)	(9.360)	(9.360)	(125)
Fretes	(1.054)	(8)	(1.062)	(369)
Baixa de clientes	-	-	-	(34)
Contingências	-	3.528	3.528	-
Outros	(13.366)	(18.938)	(32.400)	(8.672)
Total	(221.278)	(92.807)	(314.085)	(102.712)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos e despesas por natureza	Custo dos serviços prestados	Custo dos serviços administrativos	Total	Total
Pessoal (salários e ordenados)	(120.415)	(42.386)	(162.801)	(88.308)
Materiais de produção e consumo	(71.926)	(1.276)	(73.202)	(20.250)
Depreciação e amortização	(150.856)	(9.692)	(160.548)	(20.305)
Provisão para fechamento de aterro	(1.863)	-	(1.863)	(21.484)
Serviços de terceiros	(66.197)	(39.002)	(105.199)	(62.012)
Aluguéis	(12.029)	(3.683)	(15.712)	(4.199)
Outorgas	(2.051)	(2.262)	(4.313)	(7.679)
Energia	(10.924)	(102)	(11.026)	(8.031)
Combustíveis	(9.361)	(1)	(9.362)	(177)
Fretes	(4.946)	(11)	(4.957)	(2.416)
Baixa de clientes	-	-	-	(187)
SeContingências	-	3.598	3.598	-
Outros*	(37.984)	(26.755)	(64.739)	(20.027)
Total	(512.582)	(126.953)	(639.535)	(403.784)

* Nesta rubrica estão registrados principalmente gastos relacionados a novos negócios e ativos recém adquiridos (viagens, reuniões, etc), manutenção de máquinas e equipamentos por conformidade contratual, dentre outros.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente	49.131	43.917	49.131	43.917
Varição cambial ativa	-	1.285	-	5.375
Rendimentos de aplicações financeiras	10.704	2.546	11.402	2.994
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	72.548	107.563	73.450	107.564
Descontos financeiros obtidos	102	18	392	173
Outras receitas financeiras	3.416	4.544	4.809	3.750
Impostos incidentes sobre receitas financeiras	(4.914)	(6.150)	(5.141)	(5.934)
Total	130.987	153.723	134.043	157.839
Despesas financeiras				
Varição cambial passiva	(1.263)	(452)	(4.228)	(10.594)
Juros de empréstimos e financiamentos	(148.740)	(106.955)	(156.545)	(97.609)
Correções de saldos a pagar de aquisições de empresas	-	(27.300)	-	(43.184)
Ajuste a valor presente	(11.266)	(71.382)	(13.156)	(74.378)
Multa e juros	(2.971)	-	(9.081)	(22.331)
Desconto concedido	(42)	-	(1.067)	-
Custo pré pagamento dívidas	-	(484)	-	(484)
Outras despesas financeiras	(3.829)	(3.262)	(10.929)	(3.606)
Total	(168.111)	(209.835)	(195.006)	(251.644)
Resultado financeiro, líquido	(37.124)	(56.112)	(60.963)	(93.807)

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ganho na alienação de participação societária (1)	84.492	-	84.492	-
Compra vantajosa (2)	-	-	-	4.799
Redução ao valor recuperável de ativo (3)	(68.062)	-	(68.062)	-
Venda de ativos mobiliários (4)	8.270	-	8.270	-
Baixa de ativo mantido para venda (5)	(16.797)	-	(16.797)	-
Outros	12.714	(1.064)	28.145	5.511
Total	20.617	(1.064)	36.048	10.310

(1) Refere-se ao reconhecimento da alienação da participação societária no Biomatano Verde Paulínia.
 (2) Refere-se ao reconhecimento de compra vantajosa apurada nas aquisições das SPEs adquiridas em 2022.
 (3) Refere-se à provisão para redução ao valor recuperável de ativos oriundos do segmento encerrado de engenharia.
 (4) Refere-se principalmente à venda do terreno de Santa Cruz da Companhia.
 (5) Refere-se ao reconhecimento no resultado de saldos oriundos do encerramento do segmento de incineração.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Tratamento e biogás e destino crédito de final carbono	Energia, biogás e WTE	Beneficiamento de resíduos/ WTE	Engenharia Ambiental
				Total
Receita operacional líquida	533.712	48.594	45.373	31.134
Custo dos serviços prestados	(254.206)	(14.610)	(57.029)	(34.018)
Lucro bruto antes da depreciação	279.506	33.984	(11.656)	(2.884)
Custos de depreciação	-	-	-	(152.719)
Lucro bruto	-	-	-	146.231
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	-	-	-	(126.953)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	-	36.048
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	-	-	-	(90.905)
Resultado financeiro	-	-	-	134.043
Receitas financeiras	-	-	-	(195.006)
Despesas financeiras	-	-	-	(60.963)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	11.606
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	5.423
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(29.274)
Corrente	-	-	-	13.916
Diferido	-	-	-	(9.935)
Prejuízo do período	-	-	-	-

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Tratamento e biogás e destino crédito de final carbono	Energia, biogás e WTE	Beneficiamento de resíduos/ WTE	Engenharia Ambiental
				Total
Receita operacional líquida	441.534	46.299	20.878	42.807
Custo dos serviços prestados	(278.382)	(11.746)	(36.660)	(56.691)
Lucro bruto antes da depreciação	163.152	34.552	(15.781)	(13.884)
Custos de depreciação	-	-	-	(20.305)
Lucro bruto	-	-	-	147.734
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	-	-	-	(104.851)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	-	1.830
Lucro antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	-	-	-	(103.021)
Resultado financeiro	-	-	-	157.839
Receitas financeiras	-	-	-	(251.646)
Despesas financeiras	-	-	-	(93.807)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	7.717
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	(41.377)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(36.895)
Corrente	-	-	-	(4.337)
Diferido	-	-	-	(82.609)
Prejuízo do período	-	-	-	-

Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Diretor - CPF 218.498.438-80

Jessé Gonçalves de Lima Andrade - Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionadas ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) a leitura dos documentos relacionados às transações, tais como contratos e atas e a obtenção de evidências que fundamentaram a determinação das datas de aquisição dos controles acionários das companhias adquiridas e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas; (ii) análise das informações financeiras das companhias adquiridas e discussão com a Administração acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e exame dos saldos contábeis significativos das adquiridas; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.i às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, ágio por especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema



Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

controladas esperam ter direito em troca dos serviços. O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de serviços prestados; e (iii) à relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento de receita; (ii) a realização de testes substantivos de itens-chave e amostras representativas, incluindo, quando aplicável, a inspeção dos contratos, das notas fiscais emitidas, dos comprovantes dos serviços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva prestação dos serviços durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) análise mensal da receita utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas notas 2.7 e 2.2 às demonstrações financeiras. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas da prestação de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S. Ltda. - CRC-2SP015199/F

Gláucio Dutra Silva - Contador CRC-RJ090174/O



Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 02/04/2024

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/04/02/ORIZON1575270902042024.pdf>

Hash: 17120055668b19a35e6e774177991f579b03c0803e